



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E EXÉRCITO PROFISSIONAL

Davis Ribeiro de Sena

UM POUCO DE HISTÓRIA

O conceito de cidadão-soldado nasceu com a República, em 1889. A queda do Império trouxe em seu bojo a noção de que o soldado era o "povo armado" e o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou que as instituições republicanas foram estabelecidas e seriam mantidas pelo "cidadão fardado". Sem dúvida, esse patriotismo extremado, patenteador com o novo regime considerado, pelos seus sinceros idealistas, como a solução definitiva para todas as dificuldades existentes no país — foi o embrião do serviço militar obrigatório, que propiciou a identificação do Exército com a sociedade brasileira ao receber em suas fileiras, sem preconceitos de qualquer espécie, jovens oriundos de todas as regiões geográficas do

território nacional, representando as diferentes camadas sociais.

A primeira lei que tratou do serviço militar obrigatório data de 1874, logo após a Guerra do Paraguai (1864-70) e nos estertores da Monarquia, mas não chegou a ser posta em execução. A seguir, a primeira constituição republicana (1891), através de seu artigo 86, determinou que "todo brasileiro é obrigado a prestar o serviço militar", mas a lei que regulamentou a sua aplicação, implantando o sistema de "sorteio", para selecionar os contingentes a incorporar, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, somente, em 1908.

Temendo a infiltração do proselitismo político no Exército, os chefes militares agiram sem tardança em defesa de sua coesão e na manutenção da sua destinação constitucional como Instituição

permanente e apatidária, ao mesmo tempo em que, por intermédio da instrução militar, desenvolvia o espírito nacional da juventude brasileira, ministrando-lhe noções básicas de patriotismo, de educação moral e cívica, de disciplina e, mesmo, de fundamentos do currículo primário (Escolas Regimentais). Era essencial que a Força Terrestre fosse mantida afastada das disputas partidárias, inflamadas com o advento da República, enquanto, por outro lado, participava ativamente da evolução da sociedade brasileira.

A dicotomia existente, no Império, entre "tarimbeiros" e "doutores", com reflexos negativos no Exército; a cruenta Campanha de Canudos — (1897), no alvorecer da República, na qual um bando de fanáticos religiosos — sem formação militar de qualquer espécie — resistiu estoicamente a várias expedições e só a um preço elevadíssimo em recursos humanos e financeiros e em material, foram submetidos; e as grandes manobras de 1905, na região de Santa Cruz (RJ), deixaram claro que o sistema de recrutamento até então empregado — voluntariado constituído, em sua maioria, de desempregados, de aventureiros, de contraventores, de doentes e de elementos convocados à força — comprovava que o Exército não dispunha de um universo razoável, em que alicerçasse a sua pirâmide organizacional. Urgia agir com presteza.

A disciplina era mantida literalmente a duras penas, através de rigoroso regulamento (reformulado em 1899), que prescrevia seve-

ros castigos, inclusive físicos, para transgressões menores. Apesar desse fato, indisciplina coletiva, motins e tumultos se repetiam periodicamente nos quartéis e a solução era controlá-los através de punições disciplinares de dosagem elevada.

Para que se tenha uma idéia de como funcionava a estrutura da Força Terrestre, no início deste século, basta citar que a instrução era ministrada por Organização Militar (OM), isto é, não havia programação centralizada, hoje representada pelos nossos conhecidos PP (Programas-Padrão de Instrução), regulamentos e os diversos manuais técnicos e de campanha. A responsabilidade era exclusiva do Comandante, com limitados controle e coordenação do escalão superior.

O Estado-Maior do Exército iniciava as suas atividades, criado que fora em 1896, e enfrentava problemas de vulto, tais como:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistem condições de expansão do seu efetivo, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas às OM, segundo o seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia administrativa;

- não havia uma data definitiva para a incorporação do contingente. O voluntariado era aceito ao longo do ano civil, recebendo formação militar deficiente. Não existindo turmas homogêneas, tornava-se difícil deduzir como era orientado o seu aprendizado;

— a instrução não era faseada progressivamente. Não existia os atuais Períodos de Adestramento Básico e Avançado, que são a resultante da modernização dos antigos Períodos de Adaptação, de Formação e de Aplicação, surgidos com a 1ª edição dos PP, em 1915, aperfeiçoados, posteriormente, com o assessoramento da Missão Militar Francesa (1920-38).

Formação dos quadros, instalações, estado sanitário, instrução, soldo, alimentação, uniformes, equipamento, armamento, munição, tudo era precário em nosso novel Exército, que necessitava urgentemente de medidas corajosas e eficazes que permitissem a sua modernização. Era necessário começar pela base da pirâmide: a tropa.

O PESSOAL

O ano de 1906 foi profícuo para o Exército: o Deputado Federal Alcindo Guanabara apresentou projeto de lei estabelecendo o serviço militar obrigatório, enquanto o Congresso Nacional aprovou a Lei da Confederação do Tiro Brasileiro, criando as Linhas de Tiro. Dois anos após, a Câmara dos Deputados transformou em lei o projeto do serviço militar obrigatório, iniciou-se o programa interno de Educação Física e, no Distrito Federal, reuniram-se 10 Clubes de Tiro e formaram um Corpo de Atiradores, constituindo, assim, a primeira Reserva organizada do Exército Brasileiro. Finalmente, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, colhia os frutos

dos seus ingentes esforços, no sentido de tornar a Força Terrestre mais operativa.

Os Clubes de Tiro exercitavam-se aos domingos e os atiradores indenizavam os cartuchos consumidos e adquiriam os próprios uniformes. Era uma seleção elitista, duramente criticada por alguns líderes políticos de peso, mas contava com o apoio resolutivo da nascente classe média e, embora de maneira ainda claudicante, significava um avanço expressivo na busca da solução do problema da mobilização.

A Força Terrestre atravessava período crítico de transição, enfrentando problemas graves, como a insatisfação generalizada, particularmente entre as praças graduadas, várias delas punidas rigorosamente com expulsões ou transferências para guarnições remotas do território nacional, a bem da disciplina. No Governo do Presidente Wenceslau Brás (1868-1966), o Exército retomou a trilha aberta pelo Marechal Hermes, conduzido pelo seu Comandante da época, o emérito Marechal José Caetano de Farias (1855-1920), Ministro da Guerra de 1914 a 1918, que, entre outras decisões de envergadura teve o descortino de determinar uma única data para a apresentação dos novos recrutas e proibir o reengajamento de ex-praças, determinando que o reservista só retornaria à ativa por ocasião de convocação geral, nos casos de crise aguda.

A questão diplomática do território do Acre (1903/4), as penosas operações no Contestado (1912-16), o apoio da Liga de Defesa Na-

cional (fundada em 1916), o reconhecimento pelo Brasil do estado de guerra contra a Alemanha (outubro de 1917) e, principalmente, a ativa campanha cívica, abrangendo todo o território nacional, chefiada patrioticamente pelo poeta Olavo Bilac, em 1915/16, contribuíram decisivamente para a participação de toda a sociedade no serviço nacional obrigatório, que utilizaria o instrumento do sorteio, acima dos interesses de classe ou de partidos e acelerando o processo do necessário aumento dos efetivos militares.

Em 10 de dezembro de 1916, foi efetuado, solenemente, pelo Marechal Caetano de Farias, na presença do Presidente Wenceslau, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o serviço militar obrigatório, por 1 ano civil. O Exército se ressentia, na realidade, de condições financeiras, de instalações adequadas e de pessoal qualificado para instruir as classes apresentadas anualmente, mas a "linha de partida" fora ultrapassada e a progressão sobre o objetivo principal, iniciada com firmeza, apesar das incompreensões de críticos insensatos que nomeavam a medida do "cesarismo".

A adoção da Carteira de Reservista e a regulamentação da promoção de sargentos ao oficialato — constituindo um quadro paralelo, administrativo — foram outras iniciativas de profundidade do Marechal Caetano de Farias. Ao conceder o benefício do ingresso no oficialato a todas as praças graduadas, sem favorecimentos, atenden-

do aos critérios da idade e do tempo de serviço, além do disciplinar, o então Ministro da Guerra criou a principal motivação que norteia esses prestimosos auxiliares em suas carreiras profissionais, até os nossos dias.

Evidentemente, alguns equívocos e imperfeições comprometiam a aplicação correta do sistema do serviço militar obrigatório, como, por exemplo, a dispensa dos jovens que participassem voluntariamente das manobras anuais do Exército e daqueles que frequentassem um estabelecimento de ensino que oferecesse certo treinamento militar. Ademais, os atiradores dos Tiros de Guerra também eram dispensados do sorteio e considerados reservistas, ocasionando o desproporcional aumento de seus efetivos, em detrimento da incorporação na tropa e tornando lícito concluir que era reduzida a contribuição da classe média e quase nula e da classe alta, no número dos conscritos apresentados anualmente.

Por sua vez, a deficiência dos registros de nascimento e de óbitos e a evasão pura e simples do elemento sorteado representavam outros problemas a serem superados, o que foi conseguido, em parte, com a exigência da apresentação da Carteira de Reservista para a admissão em empregos federais e estaduais e, mais tarde, com a proibição da existência de Tiros de Guerra em localidade que sediasse organização militar, dirigindo-os para o interior do país, municipalizando-os, em proveito das populações rurais. Em que pesem as dis-

torções apontadas, o objetivo fundamental da reforma estabelecida fora claramente alcançado: a formação de uma Reserva, em condições — mesmo precárias — de atender a uma mobilização geral, em caso de necessidade.

A denominação das políticas Militares e dos Corpos de Bombeiros estaduais — através de convênios — como Forças Auxiliares, em 1917, e da Guarda Nacional como “Tropa de 2ª Linha do Exército”, no ano seguinte, definiu pela primeira vez, que todas as forças constituintes do Poder Militar da nação estavam sob o controle do Exército, fato que foi ressaltado, com propriedade, pelo Marechal Caetano de Farias, convicto de haver vencido um verdadeiro desafio.

O Dr. João de Pandiá Calógeras (1870-1934), que foi o único Ministro da Guerra civil que a República registra, deu continuidade à renovação indispensável ao fortalecimento do Exército. A sua ação esclarecida, em período conturbado politicamente (1919/22), é elogiada pelos estudiosos da evolução histórico-militar brasileira e reconhecida por todos a sua conduta exemplar em busca da solução justa para os mais variados problemas a serem ultrapassados. No setor administrativo, deixou a sua marca através dos famosos e eficientes “quartéis calógeras”, pois o Dr. Calógeras construiu meia centena deles e ampliou ou reformou outro tanto, realizando a presença física da Força Terrestre em praticamente cada uma das então províncias. Na administração de pessoal,

uplicou o efetivo para 50.000 homens — mesmo assim, apenas 0,2% da população nacional — e tomou cuidados especiais com os analfabetos e os filhos de imigrantes que não falavam o português.

O contingente incorporado tratava a dura realidade da sociedade brasileira, entretanto, apresentava padrões nitidamente superiores aos da época da profissionalização e rejuvenescera a tropa. O serviço militar obrigatório trouxe consigo a amenização do código disciplinar, sendo suprimidos os castigos físicos, pois era inadmissível submeter a eles os jovens sorteados.

As reformas castrenses introduzidas, o fervor revolucionário da oficialidade jovem — conhecido como “tenentismo” — a extinção da Guarda Nacional, no final da década de 20 e o enquadramento legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, na de 30, reforçaram a União e, ao solidificar o Governo Federal, deram-lhe condições de substituir a República Velha.

O MATERIAL BÉLICO

Ao eclodir a 1ª Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e, evidentemente, foi sustado o fluxo do seu fornecimento. O problema era grave e foi enfrentado com pragmatismo: inicialmente, diversificando os fornecedores, foi enviada a primeira missão militar brasileira aos Estados Unidos. Se bem que o Exército não dispusesse de “Know-how” e fosse carente de tecnologia e de mão-de-obra especializada, perse-

verava em tornar-se auto-suficiente em matéria de munições, no mínimo, as de Infantaria.

Em 1890, a fábrica de pólvora protótipo, localizada em Realengo, subúrbio carioca, explodiu, comprometendo todo o estafante trabalho iniciado no Império, visando a restringir a dependência externa. Esse acidente retardou todo o processo de substituição de importações, mas os trabalhos de reconstrução foram iniciados de imediato e, em 1909, foi inaugurada uma nova fábrica, a de Piquete, ampliando as condições internas de conquista de tecnologia própria.

Eram, apenas, os primeiros passos. A modernização do Exército Brasileiro, inserido em um contexto de subdesenvolvimento econômico e de agitação política e social, exigia muito mais esforço e redobrada criatividade.

Foi dada a máxima prioridade à proteção do litoral, particularmente à defesa da vulnerável capital do país, situada na Baía da Guanabara, o que se obteve razoavelmente, com a instalação de fortalezas guarnecidas por canhões de grosso calibre: a valorosa Artilharia de Costa. Mas não bastava. Juntamente com a Diretoria de Saúde, foram criadas a Diretoria de Material Bélico, em 1915 — destinada a executar as diretrizes ministeriais quanto a produção e a manutenção de armamento e munição — e a Fábrica de Itajubá, além de outras fábricas de pólvora e cápsulas, e fundados diversos arsenais.

Encaminhada judiciosamente a batalha dos explosivos, incontinenti iniciou-se a do armamento.

O Exército chegara a possuir, no início do século, uma fundição de aço, que produzia de 3 a 4 toneladas diárias e tinha consciência de que a produção de armamentos começava pela indústria pesada própria, tornando imprescindível a existência de uma usina siderúrgica integrada por técnicos e operários brasileiros.

Em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje, conhecido como Instituto Militar de Engenharia. Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Ministro da Guerra constituía a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor de economia, vindo a desaguar na Companhia Siderúrgica Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, ainda incipiente, e as Forças Armadas, assegurando o sistema econômico vigente em nosso país, reafirmado, depois, através de sólido relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra, a partir de 1949. A convergência dos interesses de segurança nacional — representados pelo Exército Brasileiro — com o setor empresarial nativo, resultou na estatização da indústria metalúrgica, em oposição ao ingresso do capital estrangeiro na produção do insumo fundamental para a manufatura de armamentos: o aço.

Entretanto, o Governo Brasileiro continuava na incessante luta em busca da obtenção de armamentos: acordou com a Alemanha a troca de alimentos por canhões Krupp (1933), adquiriu carros de combate franceses e aviões norte-americanos e, finalmente, criou o Ministério da Aeronáutica (1941). Entretanto, apenas com a intervenção na 2ª Grande Guerra (1939/45), em 1943, e com os tratados assinados com os Estados Unidos, concedendo a instalação temporária de bases aéreas e navais, em pontos estratégicos da costa atlântica, o Brasil teve acesso efetivo aos armamentos e equipamentos modernos.

A destemida ação da nossa FEB, no Teatro de Operações europeu, foi o fato gerador da modernização da Força Terrestre, através de um processo célere e contínuo: as atividades castrenses, desde a tática, e a logística, passando pela provisão de viaturas blindadas, a aquisição de novas técnicas e de materiais de Artilharia, de Engenharia e de Comunicações, tudo foi equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a faculdade de contagiar o Exército com seu espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou a sua estrutura organizacional, impulsionou o seu progresso material e aperfeiçoou o adestramento dos quadros e da tropa.

NOVOS ENSINAMENTOS

A inauguração de Brasília materializou a interiorização do Brasil

— iniciada com a criação da Fundação Brasil Central — fazendo-o voltar-se para o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul e, redirecionando a sua estratégia global, tornou-o um país continental, evoluindo da antiga tradição herdada de Portugal e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros e no transporte de cabotagem, então preponderante.

A Revolução de 31 de Março desenvolveu o poder militar do Estado, em virtude do surgimento do inimigo interno e da imperiosa necessidade de garantir a riqueza material e as fronteiras terrestres — que representam o dobro da costa marítima — e de assegurar a expansão das comunicações e a multiplicação da malha rodoviária do país. Verificada a derrota da subversão, houve a confirmação da mudança assinalada, fato consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial sobre a política nuclear independente. Prosigamos.

Os anos de 1959 e 1977 são datas marcantes para o Exército: no primeiro, iniciou-se a formação de oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência; e, no segundo, houve a denúncia unilateral brasileira dos tratados de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para a frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material e empregaria doutrina exclusivamente nacio-

nais. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada desse material e o Brasil figura, nos dias de hoje, como um dos principais exportadores de material bélico entre as nações do globo, material esse produzido por uma emergente indústria pesada, que utiliza capital e técnica exclusivamente nacionais, incentivada pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa vinculada ao Ministério do Exército. Não obstante, a busca do aprimoramento é permanente. Reduzido, como vimos, o problema do armamento e da munição à disponibilidade ou não de recursos financeiros — em face da aquisição de tecnologia nacional — montado e desenvolvido o sistema de ensino e de pesquisa (doutrina própria), surgiu um fato novo que exige a reflexão e o estudo de todos os interessados pelo assunto: os ensinamentos a serem assimilados com o desfecho do recente conflito das Malvinas.

Senão vejamos: deflagradas as hostilidades no terreno, os britânicos derrotaram os argentinos, em curto prazo, fulminantemente. Alguns analistas consideraram que a incapacidade argentina em oferecer combate ao inimigo, foi devido a uma razão excludente: os soldados de Sua Majestade Britânica eram profissionais e os argentinos, recrutas, portanto, sem condições psicológicas para o confronto armado.

Sem dúvida, este foi um fator fundamental, mas não o único, haja vista que princípios doutrinários

básicos foram descumpridos pelos defensores, tais como:

- as flagrantes escassez e obsolescência do material utilizado, em contraposição ao elenco de material sofisticado empregado por seus adversários;

- a tática excessivamente defensiva, aferrando-se em torno de Port Stanley (onde tencionavam resistir), mas entregando o canal e o terreno, quase sem luta, ao inimigo. A progressão do pequeno efetivo inglês pela direção tática de atuação escolhida (San Carlos-Douglas-Port Stanley), foi efetivada sem encontrar maiores obstáculos;

- as posições defensivas não foram escalonadas sucessivamente até a última linha de defesa, nem mobiliadas para durar na ação;

- não foram levantadas todas as hipóteses sobre as linhas de ação opostas, sendo desprezada a via de acesso utilizada pelos ingleses;

- a defesa não foi organizada em profundidade e em todas as direções, barrando a totalidade das vias de acesso;

- emprego de equipamento e armamento incompatível àquela zona de ação, caracterizada por topografia e clima especialíssimos;

- inexistência de blindados, para as ações dinâmicas da defesa.

A supremacia aérea dos atacantes dificultava enormemente a fortificação defensiva e a concentração de efetivos expressivos em zonas de reunião (Z Reu) e o terreno favorecia as ações ofensivas, particularmente, a inexistência de cursos de água — onde apoiar os limites das áreas de defesa — e de bos-

ques, ou, mesmo, de simples árvores, para cobertas e proteção das tropas em Z Reu. Em consequência, o combate noturno tinha que prevalecer — principalmente os contra-ataques — enquanto seria procurada a superioridade aérea local, durante as horas de luz.

Acrescente-se que a tropa argentina era composta de recrutas bissonhos, oriundos de áreas do interior, pois o alto comando militar tencionava evitar protestos públicos de parentes dos soldados, no caso dos mesmos serem recrutados na região de Buenos Aires.

Parece claro que a Argentina julgou que a Inglaterra não chegaria ao ponto de invasão em força, deixando a impressão de que a sua tropa expedicionária tinha por missão, apenas, apossar-se dos acidentes capitais da ilha, com o fim de lograr condições favoráveis à negociação bi-lateral. Acreditou, também, na solução diplomática da questão, descrendo, por outro lado, em que os Estados Unidos dariam apoio logístico ostensivo o decisivo à Inglaterra, como, na verdade, aconteceu.

Isto posto, vemos que a responsabilidade da derrota não cabe, exclusivamente, ao recruta, pois sabemos que, quando empregado adequadamente, é capaz de conquistar expressivos triunfos: foi com recrutas, que os Estados Unidos intervieram vitoriosamente em duas guerras mundiais, com recrutas os alemães conquistaram a Europa e os soviéticos defenderam Stalingrado; e foi com recrutas que a FEB cobriu-se de glórias, na Itália.

CONSCRIÇÃO OU VOLUNTARIADO?

Não restam dúvidas, que o emprego de tropa experiente, profissional, é desejável, e esta possibilidade é plenamente atingível quando se trata de pequenos efetivos. Na guerra ora referida, se a brigada de Infantaria argentina fosse constituída por elementos engajados, o seu nível operacional seria aumentado, entretanto, o deficiente poder de combate permaneceria comprometendo o êxito das operações, em face da precariedade dos demais componentes.

Sabidamente, o nível de operacionalidade da Força Terrestre é a resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento — munição), adestramento (doutrina) e estrutura organizacional. Essas condicionantes têm peso específico semelhante, entretanto, as duas primeiras são vitais: é óbvio que o homem é o fator essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretiza a Força. Ele é o único parâmetro constante nessa equação, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e intelectual da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, contando com pouca disponibilidade de material, tornando lícito concluir que o homem, por intermédio dos condicionamentos físico e mental — desde que armado — prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Entre-

tanto, estes últimos não devem ser minimizados e, para que se tenha uma força armada organizada, são imprescindíveis a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob uma ação de comando única e capaz.

O nosso Exército, aprimorando-se ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos, outras, por simples intuição, outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.

O serviço militar obrigatório, no Brasil, mobiliza, anualmente, um contingente aproximado de 1.500.000 jovens alistados de 18 anos de idade, dos quais poucos mais de 100.000 são incorporados, pelo prazo de 10 meses. Ao verificarem praça, são-lhes ministradas instruções essencialmente voltadas para a formação do combatente e, findo o período, o sistema é realimentado com a transformação do soldado em reservista e a convocação de novos conscritos. Há acentuado desgaste de material — manipulado, sucessivamente, por pessoas inexperientes — e a tropa só está em condições de emprego após a conclusão do seu adestramento avançado, logo após o que, passa para a Reserva. Essa deficiência é amenizada pela organização de 2 grupamentos de recrutas, que assentam praça em datas dife-

rentes, mas, ocorrem ocasiões em que o efetivo disponível é mínimo.

Grandes Unidades especializadas — paraquedistas, artilharia anti-aérea, unidades-escola, blindados, etc — poderiam possuir, como parte de seu efetivo; tropa voluntária, no valor máximo de Batalhão. Parece-nos contraproducente manter subunidades enquadradas por Batalhões, Grupos ou Regimentos integradas por profissionais, pois, a heterogeneidade de adestramento entre frações de uma mesma Unidade, refletiria negativamente no relacionamento diário e diversificaria as metas a cumprir, ao término do ano de instrução.

A existência de tropa valor Batalhão, composta de profissionais, remediaria a questão do emprego imediato de pequenos efetivos, em qualquer época do ano, mas teria que ter definido o tempo de engajamento, o tipo de adestramento — constante e distribuído por todo o ano civil, impedindo, assim, a ociosidade — o período de férias, o soldo, o quantitativo das etapas e os problemas das promoções e movimentações.

Seria de transcendental importância evitar a solução de continuidade nas amistosas relações existentes entre o Exército e a população civil — que o admira e aplaude — haja vista que os brasileiros guardam boas recordações do seu "tempo na caserna" e sabem que seus filhos poderão, também, ser chamados para servir na Força Terrestre, mantendo, permanentemente, o contato físico e a empatia.

Outra linha de ação para profissionalizar o Exército seria a desobrigatoriedade do serviço militar e a adoção de voluntariado que proporcionasse o aumento do núcleo-base acima dos atuais 30% — com a conseqüente redução do elemento variável — e/ou limitar a ampliação do tempo de serviço às Qualificações Militares de difícil formação.

Seja como for, a linha de ação eleita visaria, unicamente, a operacionalidade da Força Terrestre e, não, a minorar eventuais problemas sociais como, por exemplo, o desemprego.

Em qualquer caso, deve ser lembrado que, até recentemente, o Exército era profissionalizado e que esse sistema de prestação do serviço militar não funcionou a contento, conquanto, as condições do país fossem significativamente diferentes das atuais. Mudar o sistema equivaleria a mudar a mentalidade nacional e projetá-lo para o futuro, requer o entendimento do passado.

BIBLIOGRAFIA

- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, "Sistema de Acompanhamento da Operacionalidade da Força Terrestre", Brasília, DF, Documentos (relatórios, decretos, alvarás, portarias, ordens do dia, etc) existentes no Estado-Maior do Exército, Centro de Documentação do Exército (Seção de Histórico de Organizações Militares e Banco de Dados), Biblioteca do Exército e Arquivo do Exército.
- McCANN, Frank D. "A Nação Armada", Editora Guararapes, Recife, 1982.
- BELLO, José Maria. "História da República (1889-1954)", São Paulo, 1964.
- TORRES, Teodorico Lopes e Gentil. "Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1946", Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1947.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. "Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)", Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1968.
- MORAES, J.B. Mascarenhas de. "A FEB pelo seu Comandante", Bibliex, Rio de Janeiro, 1960.
- COELHO, Edmundo Campos. "Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira", Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- GUERTNER, Gary. "A Guerra dos 74 dias: Nova Tecnologia e Velhas Táticas", in "A Defesa Nacional", nº 707 (Mai/Jun 83).
- SENA, Davis Ribeiro de. "As Polícias Militares e sua Destinação Legal", in "A Defesa Nacional", nº 689 (Mai/Jun 80).



O Cel Cav QEMA Davis Ribeiro de Sena possui todos os cursos da carreira de oficial do Exército Brasileiro. É Bacharel em Administração de Empresas. Serviu nos 4 Exércitos, exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército; trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambaí, MS). Atualmente é o E/1 da 1ª Divisão de Exército sediada na Vila Militar.